

BRASIL E VENEZUELA NO TABULEIRO GEOPOLÍTICO: COOPERAÇÃO E COMPETIÇÃO NO SUBCONTINENTE

Luís Alexandre Fuccille*

1. Introdução

Este *paper* versa sobre aspectos e conseqüências das ações e das relações de dois dos principais países da América do Sul. A importância do Brasil já é reconhecida em função de sua extensão territorial, do fato de ser a maior economia e população subcontinente, enquanto a Venezuela alcançou um novo *status* principalmente em função do renascimento da diplomacia do petróleo que, por sua vez, só foi possível com a valorização dessa *commoditie* no mercado internacional.

É certo que a Venezuela também conta com outros fatores estratégicos, pois é um dos maiores países da América do Sul com quase 30 milhões de habitantes. Além disso, conta com um PIB a beira dos 100 bilhões de dólares e é possuidor de um grande território em boa parte ainda não explorado. No entanto, a Venezuela permaneceu quase que inteiramente um país alheio aos seus vizinhos do sul e secundário no concerto hemisférico. Em grande medida, isso se explica pela sua vocação caribenha (já que ao sul há a barreira da floresta Amazônica) e pelo histórico de acentuada dependência em relação aos Estados Unidos.

No início dos anos 1990 percebe-se um ponto de inflexão neste quadro. As mudanças no quadro político e o agravamento do cenário econômico forçaram o país a diversificar parceiros e a Venezuela passou a se interessar pelo processo de integração que se desenrolava ao sul, com o Mercosul.

O primeiro período das novas relações Brasil-Venezuela foi marcado pelos acordos de *La Gusmania* (sobre o qual falaremos mais adiante), que tiveram um efeito importantíssimo relacionado às questões de fronteira. A segunda fase se caracteriza pela priorização das relações com o Brasil por

* Doutor em Ciências Sociais, é professor da FACAMP e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP. Também é pesquisador-associado do Arquivo Ana Lagôa da UFSCar. <fuccille@unicamp.br>

parte do governo venezuelano. Vale dizer que isso foi objeto de discussão na campanha eleitoral de 1998 na Venezuela e os dois candidatos principais firmavam esse mesmo propósito. Hugo Chávez, um militar fora dos quadros dos partidos tradicionais e que havia liderado uma tentativa de golpe em 1992, então chega à Presidência.¹ A partir de então, a cultura política e outras esferas da vida econômica, política e social venezuelanas nunca mais seriam as mesmas. Igualmente, as Relações Exteriores e a Defesa Nacional experimentaríamos mudanças significativas, com impactos diretos no contexto sul-americano.

Paralelamente a isso, o Brasil viveu um período de transição sem sobressaltos desde Itamar Franco, que foi sucedido por Fernando Henrique Cardoso exercendo dois mandatos e depois por Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda que alguns analistas apontem diferenças nas Políticas Exterior e de Defesa, a prioridade dada por todos esses governos à consolidação da democracia e à estabilização econômica fez com que fosse mantido um clima de estabilidade na condução desses assuntos. Estabilidade, aliás, tem sido o maior interesse do Brasil no tocante à política (consolidação da democracia em todo o subcontinente), à economia e à segurança regional, pois quanto menores os conflitos e sobressaltos, maior a desenvoltura do país (e dos países da região) na consolidação de uma imagem de região amadurecida para receber investimentos internacionais. Daí a convergência do Brasil aos tratados internacionais de segurança e controle de armas e também a adesão do Brasil aos programas de liberalização econômica.

Do outro lado, a consolidação do presidente Chávez no governo, mesmo tendo sido ameaçado por um golpe de Estado em 2002, trouxe consigo a palavra de ordem “Revolução Bolivariana” que atribui à região uma imagem exatamente oposta àquela que o Brasil vinha promovendo. No lugar da consolidação democrática, a instabilidade política; no lugar da adesão aos programas de liberalização, a reversão da abertura comercial e da privatização; no lugar da retórica da busca pacífica da solução de conflitos, a corrida armamentista, o discurso incisivo e a aproximação com países de baixa aceitação internacional como o Irã.

1 O cenário político venezuelano era estruturado havia décadas em torno da alternância entre o social-democrata AD (Ação Democrática) e o democrata-cristão COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente).

Apesar dessas diferenças tão pronunciadas, as relações bilaterais refletem um crescente acordo. A Venezuela tornou-se um parceiro essencial do Brasil e hoje condiciona o ritmo do processo de integração econômica regional. As expectativas apontam para o incremento dessa relação a partir de projetos de integração energética. As divergências entre os dois países são muitas e superam o aspecto do estilo e do discurso. Mas é na questão da Defesa e dos assuntos de segurança regional que se encontram os maiores problemas. O anti-americanismo militante, a oposição ao *Plano Colômbia*, as supostas relações secretas com grupos guerrilheiros, a implementação de uma nova doutrina militar, o armamentismo e a distribuição de armas entre grupos paramilitares, são assuntos que demandam um alto nível de atenção do Brasil e dos vizinhos, pois denotam um comportamento de risco.

Tratar das relações entre o Brasil e a Venezuela é, pois, lidar com toda essa gama de assuntos e particularidades com a certeza de que as relações bilaterais estão em um nível do qual não há retorno, dada a importância dos dois países um para o outro e deles para a região.

2. A intensificação das relações: cooperação ou competição?

A partir de 1998, a Venezuela passou a viver um processo *sui generis* de mudanças cujos resultados finais ainda são desconhecidos e algumas ainda estão em fase embrionária. Esse processo transformador, chamado pelo líder político de “Revolução Bolivariana”, tem afetado substancialmente as Relações Exteriores e a organização da Defesa Nacional neste país, com impactos em toda a América do Sul, que é o território que aqui nos interessa.

a) As relações bilaterais, a integração regional e a dinâmica da fronteira

As relações econômicas e diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela, como não poderiam deixar de ser, são extremamente complexas e a evolução das relações bilaterais nos últimos anos imprimiu um enorme significado para os dois países e para a América do Sul. Isso não quer dizer obviamente que os

dois países desenvolvam relações livres de diferenças e de confrontos. A Venezuela, particularmente a Venezuela do governo Chávez, representa ao mesmo tempo um parceiro e um concorrente; que tanto agrega benefícios quanto trás constrangimentos políticos em relação aos outros países da região e em relação à opinião pública interna do Brasil. Por outro lado, não há como pensar o subcontinente sem a presença da Venezuela. Nem no aspecto da integração política – cenário no qual a Venezuela tem sido protagonista – nem no cenário das diversas dinâmicas de integração econômica – cenário no qual os hidrocarbonetos venezuelanos desfrutam de grande importância. Assim, independentemente da longevidade do governo Chávez e da Revolução Bolivariana, a sul-americanização daquele país parece um processo sem retorno.

A Venezuela, como um país ao mesmo tempo amazônico, andino e caribenho, com forte influência na América Central, exportador de petróleo, a terceira maior economia regional e um participante ativo na OEA, é naturalmente um parceiro estratégico para o Brasil e para sua política regional. No entanto passaram-se décadas sem que essa importância fosse reconhecida e redundasse em um incremento das relações bilaterais.

Desde o fim do século XIX e durante quase todo o século XX a Venezuela esteve quase condicionada pelo seu aspecto de exportador de petróleo e seus interesses estiveram voltados quase que exclusivamente para suas relações com o Caribe e, principalmente para com os Estados Unidos. A abertura da Venezuela para a América do Sul, incluindo Brasil e Mercosul, teve início no segundo governo Perez (1989 a 1992), em função da necessidade de se diversificar parceiros e contornar a crise econômica pela qual passava aquele país.

As relações Brasil-Venezuela entraram em uma fase positiva de desenvolvimento a partir do encontro de La Guzmán, em 4 março de 1994, no qual os presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera assinaram os mais importantes acordos e compromissos da história entre os dois países até

então. La Guzmania pavimentou o caminho e levou ao atual estágio das relações Brasil-Venezuela.²

Nos governos Fernando Henrique no Brasil e de Rafael Caldera na Venezuela observou-se uma intensíssima agenda de reuniões e encontros e visitas presidenciais decorrentes dos compromissos assumidos em La Guzmania. Com efeito, o presidente Caldera visitou Brasília 1994 e 1996, enquanto que o presidente Fernando Henrique visitou Caracas em 1995. Em La Guzmania, foram criados o MPC (Mecanismo Político de Consulta) e a Coban (Comissão Binacional de Alto Nível) presidida pelos chanceleres e integradas por diversos ministros de Estado. Em 1994, o Coban realizou 6 encontros e ocorreram 7 MPC além de diversos grupos de trabalho setoriais (dentre eles: GTs de comércio e integração; de transporte; de energia; de agricultura; de comunicação e desenvolvimento de fronteira).

As iniciativas que geraram os acordos de La Guzmania estavam em grande medida limitadas ao âmbito das relações fronteiriças. Isso não é pouco uma vez que um dos grandes problemas do Estado brasileiro sempre foi em relação à efetiva dinâmica econômica que levasse a uma auto-suficiência da região amazônica. No caso do Estado de Roraima, o isolamento, as dificuldades de transporte e o alto custo dos insumos constituem-se em um impedimento para o desenvolvimento local. Daí o impacto extremamente positivo dessas primeiras medidas na dinâmica econômica de Roraima com conseqüências também na área segurança, de meio-ambiental e indígena.

Destacam-se a seguir os resultados do acordo de La Guzmania (1994/1998):

Comércio: O GT de comercio e integração levou a assinatura do acordo de complementação econômica e o acordo de proteção aos investimentos diretos. No comércio propriamente dito observou-se o incremento de 130% no comércio bilateral entre 1993 e 1997. Chegando a US\$1,8 bilhão com déficit constante para o Brasil em razão da importação de petróleo e derivados. Nesse item, a Venezuela tornou-se o principal fornecedor de petróleo e derivados ao Brasil substituindo a Arábia Saudita neste posto. Em 1997, a Arábia Saudita

² Já mesmo em 1994, na XLIX assembléia geral da ONU, o presidente Caldera anunciou apoio ao pleito do Brasil em obter cadeira permanente no Conselho de Segurança. Uma demonstração importante, pois a Venezuela acabava de tomar partido em uma disputa na qual o México e a Argentina se contrapunham à candidatura brasileira.

havia reduzido sua participação no quadro de fornecedores de petróleo do Brasil em 15% e a Venezuela havia ampliado em 13% a sua participação neste mesmo quadro.

Assinatura de memorando de entendimento e cooperação entre Petrobrás e PDVSA foi o embrião da idéia que mais tarde evoluiu para um projeto de parceria das empresas petrolíferas estatais para a operação conjunta em diversos projetos.

Convênio de entendimento técnico entre empresas do setor elétrico (Eletrobrás e Edelca) e do setor de telecomunicações (Telaima e CANTV) com vista a parcerias nesses setores.

No tocante à melhora da infra-estrutura, destaca-se a assinatura de contrato entre a Eletronorte e eletrobrás e a venezuelana Edelca para fornecimento de energia elétrica para região de Boa Vista e o compromisso de pavimentação da BR 174 no trecho que liga Manaus à fronteira com a Venezuela, passando por Boa Vista e possibilitando o acesso até a Caracas.

Desenvolvimento da região de fronteira – neste item é preciso ter em mente que em uma região tão carente quanto Roraima, as iniciativas mesmo que consideradas limitadas acabam tendo grande importância relativa em função do impacto que causam na economia local. Se esse impacto é positivo ele tem potencial para ampliar a dinâmica das relações bilaterais gerais. A assinatura de diversos protocolos, sobretudo nos trâmites aduaneiros e de imigração possibilitaram uma dinâmica local de comércio e turismo com impacto positivo para os moradores de Roraima. As facilidades concedidas à população daquele Estado em adentrar o território venezuelano sem nenhum embarço de imigração ou alfândega até a cidade de Santa Elena, possibilitam o abastecimento de produtos comprados do comércio local a preços bastante inferiores aos praticados no Brasil, mas o maior dos benefícios foi no tocante a redução de gastos na geração energia que, até a chegada da energia da Edelca, era obtida pelos geradores a óleo diesel que, por sua vez, era abastecido com óleo levado pra lá de avião.³

3 O garimpo foi um complicador das relações de fronteira nos anos 90. O garimpo feito de forma ilegal e com grande impacto sobre o meio ambiente. O governo Collor havia iniciado o processo que levaria à demarcação da reserva indígena no norte do Estado de Roraima (a Venezuela já havia consolidado a reserva para a mesma etnia ianomami do outro lado da fronteira.) o que colocou na ilegalidade total a atividade de garimpo. No entanto o governo federal não

Por outro lado, a importância estratégica das relações com o Brasil foi incorporada pelas forças políticas venezuelanas, tanto que os dois candidatos com chances nas eleições de 1998 (que escolheram o sucessor de Caldera - Hugo Chávez e Henrique Salas) anunciaram que o Brasil seguiria sendo prioridade na política externa.

No final de 1998, os presidentes Fernando Henrique e Rafael Caldera, encontraram-se na fronteira, por ocasião da inauguração (23/11/1998) do asfaltamento da rodovia BR 174. Era o fim do mandato de Caldera e em seu discurso, o presidente da Venezuela fez apelos para que o colega brasileiro se empenhasse em realizar a união de toda a América do Sul. Fernando Henrique respondeu que "Hoje nos sentimos cada vez mais sul-americanos. O que foi um sonho bolivariano é um hoje um sentimento que toma conta de nós".⁴

Intencionalmente ou não, Fernando Henrique invocou o sonho bolivariano, que seria a inspiração de toda a reorganização política levada à cabo pelo sucessor de Caldera na presidência venezuelana, Hugo Chávez.

Com Chávez no poder, as relações bilaterais passam por duas fases. A primeira é marcada apenas seqüência das iniciativas de La Gusmania. Essa é a fase de adaptação de Hugo Chávez ao poder e vai até a sua vitória sobre a tentativa de golpe, em 2002. Em setembro de 1999, ele chegou para a sua quarta visita ao Brasil desde eleito. O Chanceler Felipe Lampreia listou os assuntos que estavam na pauta das conversas entre Chávez e Fernando Henrique. A cooperação operacional da Petrobrás com a PDVSA, pela qual a Petrobrás participaria da exploração e do refino de petróleo na Venezuela e, na outra via, a PDVSA iniciaria atividade na distribuição de combustíveis no Brasil. Outros negócios eram: um contrato de US\$ 180 milhões para a construtora Norberto Odebrecht para a construção do metrô de Caracas e a participação da Embraer na concorrência para a venda de 30 aviões de treinamento militar para a Força Aérea Venezuelana. Vale destacar que, àquela altura o comércio

havia conseguido ainda deter o garimpo, ainda mais que as lideranças locais (Boa Vista) se opunham à determinação de Brasília em frear o garimpo e proteger a terra indígena. Na verdade isso acabou com a dinâmica econômica de Boa Vista.

4 MRE - Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Inauguração da Pavimentação da Rodovia BR-174

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=1261
Acessado em 08/03/2007.

bilateral entre os dois países havia pulado de US\$ 800 milhões em 1994 para mais de US\$ 2 bilhões, em 1998 e a Venezuela havia se tornado o segundo maior fornecedor de petróleo do Brasil.

Apoiado pelo governo brasileiro na época do malsucedido golpe de 2002 e na greve dos petroleiros que desabasteceu o país, Chávez se mostrou agradecido e o tornou confiante da futura aliança. A sua estabilização no poder levou a uma intensificação da agenda bilateral e regional. A partir de 2002, Chávez manejou uma profunda mudança no rumo e no estilo da política exterior venezuelana. A priorização das relações com o Brasil (e, conseqüentemente pelo Mercosul) já era a tônica da política exterior do governo de Caldera, tornou-se mais que prioridade e o presidente Chávez movimentou-se para tornar-se uma das mais importantes personalidades na política regional.

A consolidação de Chávez no poder e sua inclinação para com o Brasil tiveram um aspecto positivo imediato para a diplomacia brasileira, pois foi um passo para redirecionar a discussão sobre a ALCA. Neste sentido, em diversas oportunidades o governo de FHC deixou expresso que tinha como prioridade a consolidação do Mercosul e que a negociação para formação da ALCA deveria seguir em uma marcha condizente com isso. Fato que levou o Brasil a sofrer críticas de diversos governos que queriam acelerar as negociações para se cumprir o prazo original de 2005 para o início do funcionamento da zona de livre comércio. Dentre eles, Vicente Fox do México que cegou a propor uma ALCA sem o Brasil.

A Venezuela como um país ao mesmo tempo amazônico, andino e caribenho (com influencia na América Central), exportador de petróleo, a terceira maior economia regional e um participante ativo na OEA, seria naturalmente um pilar para esta estratégia brasileira. Além disso, a influência da Venezuela no Pacto Andino sugeria a possibilidade de atração dos outros países daquele bloco e até do caribe para uma futura comunidade sul-americana de nações.

Vale dizer que o esforço do Brasil e da Argentina até então no sentido de ampliar o bloco comercial havia permitido avanços modestíssimos. Acordos subseqüentes entre Mercosul e Comunidade Européia ou mesmo com a CAN arrastaram-se sem se chegar a um acordo. Desde a assinatura do Tratado de

Assunção (1991) apenas dois países sul-americanos, Chile e Bolívia, acabaram assinando um termo de associação não plena ao bloco. Mas era a Venezuela que mais interessava ao Brasil.

A Venezuela seria bastante importante do ponto de vista estratégico para Mercosul, mas principalmente para o Brasil, pois a presença de um outro grande país da região poderia fortalecer a posição brasileira contra a oscilante posição Argentina que, durante o governo Menem, se mostrava atraída pela ALCA. Amado Cervo inclusive apontou a Venezuela como o “plano B” do Brasil caso não se conseguisse negociar a contento a criação do Mercosul.⁵

No entanto, pela sua própria complexidade a Venezuela não teve condições de aderir formalmente ao Bloco no seu início nem nos primeiros anos de existência. A despeito de demonstrar vontade, a Venezuela estava condicionada pela participação na CAN e a expectativa particularmente do Brasil era de promover a integração regional a partir da negociação do Mercosul com a CAN. Como pelo menos dois membros da CAN (Colômbia e Peru) estavam mais inclinados a acordos com os Estados Unidos, a perspectiva de adesão da Venezuela permaneceu em compasso de espera até que o presidente Chávez resolvesse romper com a CAN.

Ao escolher o caminho do rompimento com Colômbia e Peru, o presidente venezuelano determinou um novo modelo de integração: não mais a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN), como queria o Brasil, mas o Mercosul expandido. Com a entrada de Caracas, formou-se um bloco sul-americano de norte a sul, desde a Ilha Margarita no Caribe até Ushuaia, seguindo a costa do Atlântico.

Vale salientar a nova dimensão do Mercosul, muito mais centrada no aspecto político do que propriamente comercial. Ou seja, em função das limitações do modelo e do processo de integração do Mercosul, o comércio que é gerador dos maiores problemas tornou-se secundário e isso explica a aceitação recente do governo Brasileiro de medidas unilaterais argentinas de salvaguarda comercial contra os produtos industriais brasileiros. Por outro lado, as afinidades políticas centradas em um conjunto de posições ainda que genéricas e às vezes contraditórias de afirmação política, mas que resume um

5 CERVO, Amado Luiz O Eixo Venezuela-Brasil. Meridiano 47 no. 13, mês 7, ano 2001.

projeto de redução da dependência dos EUA, tornam-se o principal determinante do processo integração. Assim, bandeiras como a contenção da ALCA, a busca de soluções através da cooperação sul-sul e a luta contra protecionismo dos países centrais são alguns fatores comuns que dão unidade ao bloco.

É essa dimensão política que sobressai da nota do Itamaraty que anunciou o acordo de adesão da Venezuela ao Mercosul.

A incorporação da Venezuela ao Mercosul constitui importante passo no processo de integração iniciado, em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, que uniu Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Mercosul adquire uma nova dimensão política e econômico-comercial, configurando importante vetor da integração da América do Sul. Com a adesão da Venezuela, o Mercosul passa a constituir um Bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de 12,7 milhões de km², PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US\$ 300 bilhões. Em sua nova configuração, o Mercosul torna-se um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos, energia e manufaturas, o que proporcionará melhores condições de vida para seus povos.⁶

Com Chávez, aproximar-se do Brasil significou o distanciamento em relação à Colômbia. Este fenômeno está ligado à aliança militar que aquele país mantém com os Estados Unidos, proximidade que aumentou com o tratado de livre comércio assinado entre Estados Unidos e Colômbia e a conquista de status de aliado preferencial dos Estados Unidos atribuído por Washington à Colômbia. A priorização das relações com o Brasil e a integração ao Mercosul está longe de ser um consenso entre os analistas venezuelanos.

Los procesos de integración y los ensayos de aproximación en América del Sur están severamente afectados por visiones incompletas y por acciones erráticas. La distancia de Venezuela con la Comunidad Andina es un error estratégico fundamental, porque Colombia es nuestro interlocutor más inmediato y porque existen realidades económicas y materiales que no es admisible ignorar. Más allá hemos de definir una política seria, de clara reciprocidad, duradera, productiva, con Argentina. Hay un meridiano no registrado todavía en los diseños cartográficos que pasa por Caracas, Bogotá, Brasilia y Buenos Aires.⁷

Outro aspecto da política sub-regional na qual a Venezuela e Brasil são protagonistas tem a ver com questão energética que, na circunstância atual é a

6 disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=3769. Acessado em: 26-05-2006.

7 SALOM, Ramón Escovar Las relaciones con Brasil <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/1356062.asp> acesso em 21/03/2006.

chave do problema de infra-estrutura para os principais países da América do Sul.

Concorre para isso a crise do petróleo que tende a ser prolongada em função das previsões quanto ao esgotamento das reservas mundiais e a instabilidade recorrente no oriente médio. A busca de recursos alternativos passa necessariamente pela mudança ou diversificação da matriz energética na maioria dos países. O gás vem se tornando uma alternativa ao petróleo que pode se viabilizar economicamente, porém a exploração das reservas depende ainda de infra-estrutura e tecnologias para superar problemas técnicos no manejo do produto. A versatilidade é um fator pró-gás, pois ele é apropriado para uso em veículos, doméstico e para fins industriais inclusive para geração de energia. Neste caso a instalação de termoeletricas de diversos tamanhos no circuito dos dutos permite a geração de energia para consumo regional evitando o custo de redes de transmissão de longa distância, além de diminuir o risco de apagão.⁸

Na América do Sul há reservas de gás volumosas com possibilidades de gerar excedentes exportáveis na Venezuela, na Bolívia e no Peru. Argentina, Brasil e Chile são países que apresentam interesses na compra de gás natural em função de suas respectivas perspectivas de crescimento econômico. Para esses países a compra de combustíveis, especialmente do gás é inevitável. Junte-se a isso capacidade (financeira e técnica) das empresas estatais PDVSA e Petrobrás. A venezuelana controla o setor petróleo e gás na Venezuela e vem se beneficiando com os preços do petróleo. A Petrobrás detém um monopólio virtual do setor no Brasil e tornou-se uma gigante multinacional da energia atuando em diversos países da América do Sul. Em associação estas empresas contam com capacidade de produção e distribuição para um mercado cativo em franca expansão. Assim, parece que são dadas as principais condições para o projeto do mega gasoduto ligando as reservas de gás da Venezuela aos centros consumidores no sul do sub-continente. A eventual associação do Brasil e do Chile (ao projeto) países que atingiram grau de confiabilidade do sistema financeiro internacional também

8 Olívia Fraga Geração descentralizada revista politécnica da USP de 23-08-2001. disponível em: http://www.poli.usp.br/RevistaPolitecnica/print_conteudo.asp?id=218 Acesso em 26-04-2006

poderá levar credibilidade capaz de angariar investimentos sem os quais um projeto desse porte não tem viabilidade.

Ainda não foram apresentados os estudos de viabilidade técnica e econômica do Gasoduto do Sul. Pode-se adiantar que serão imensos. O gás sairia das reservas venezuelanas e cruzariam a Amazônia para o lado brasileiro adentrando o planalto central e sul do Brasil até a Argentina e Uruguai. Dada a extensão e as dificuldades em cruzar a floresta amazônica bem como seus rios projetam um custo que pode chegar à casa dos US\$ 20 bilhões. Além disso, prevê-se uma enorme oposição de ambientalistas e as comunidades indígenas dentre outras. Mas as maiores dificuldades são de ordem política, pois internamente há resistências inerentes a um projeto dessa magnitude. Portanto, haveria necessidade de se chegar a um consenso entre as forças políticas no Brasil para inicia-lo. Por outro lado, na falta de tradição de respeito a marcos jurídicos entre os países da região tendem a dificultar sobremaneira qualquer acordo. As dificuldades das empresas brasileiras na Bolívia são um exemplo recente disso. Portanto, sem um marco jurídico confiável as possibilidades de um consenso político a respeito são escassas. Uma outra fonte de desconfiança sobre o projeto que é o fato de ser ele originado da proposta de Hugo Chávez o que desperta desconfianças em razão da grande divisão na sociedade venezuelana que pode desembocar em crise política e descontinuidade do regime. Há ainda uma série de dificuldades tais como a insegurança pela desconfiança de determinados países em tornarem-se dependentes em relação a um recurso energético fornecido a partir do território de outro Estado. Esse é um problema atual entre Bolívia e Chile e entre Chile e a Argentina, mas que também pode se manifestar em outras situações.

Caso a proposta vença as barreiras iniciais técnicas, financeiras e políticas e se transforme em um projeto, espera-se que seja um longo percurso ainda até que os estudos sejam feitos, os governos o aproveem, sejam captados recursos para que, finalmente se iniciem as obras. Portanto, o gasoduto do sul não é ele mesmo objeto deste projeto de estudos. Mas a proposta do GS já apresenta um efeito importante à medida que vem funcionando como mobilizador em torno de um projeto de infra-estrutura vinculado a programa de desenvolvimento econômico de caráter regional que jamais foi visto no sub

continente. Nem mesmo os programas de integração regional – Mercosul ou CAN – levaram à formulação conjunta de programas estratégicos de desenvolvimento econômico com aspiração regional do porte e da expressão do GS (o gasoduto Brasil-Bolívia teve um custo de US\$ 2,3 bilhões, e a e a hidrelétrica de Itaipu corrigidos de US\$ 11 bilhões). Impactos já podem ser sentidos nas relações regionais uma vez que a integração energética entrou na agenda das discussões no quadro da integração econômica com manifestações de apoio explícito e articulado dos presidentes da Venezuela, da Argentina, do Brasil e do Uruguai, os envolvidos diretos no assunto.

Em junho de 2006 ocorreu uma reunião dos ministros da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela acompanhados de sete equipes técnicas, em Caracas, para discutir o projeto e sua viabilidade.⁹ Atualmente, a parte norte do gasoduto (ligação entre a Venezuela e o nordeste brasileiro) é a que está com estudos adiantados com vistas à elaboração do projeto.

Há uma gama enorme de negociações em curso no tocante a exploração e suprimentos energéticos no subcontinente: o Chile negocia gás com a Bolívia e com a Argentina, o Equador pretende estabelecer acordo com a PDVSA para refino de petróleo, a Bolívia negocia com Brasil e Argentina as condições de fornecimento de gás. Como se vê a agenda de encontros acerca da questão energética na América do Sul é intensa e as possibilidades de negociações multilaterais cresceram a partir da proposta de projetos transfronteiriços.

Talvez por isso, a proposta do gasoduto leve a uma reação dúbia da sociedade civil. Por um lado, há o fator do desenvolvimento estratégico calcado no gás natural que encontra ressonância em setores empresariais, governamentais e nas associações técnicas. Seja lá qual for o caminho a ser seguido, são as relações do Brasil com a Venezuela que determinarão o compasso da integração no sub-continente sul-americano.

b) Segurança Regional e Defesa Nacional

⁹ http://www.adnmundo.com/contenidos/gasoducto_petrobras_ir_06_05_24.html acesso em 25-05-2006.

Como desdobramento do que se passa no plano das Relações Exteriores, temos implicações diretas e indiretas sobre a Defesa Nacional. A “Revolução Bolivariana” em curso também afetou o âmbito da Segurança e Defesa, posto que esta nova proposta de transformação é igualmente cívico-militar, ou seja, envolve diretamente os integrantes das Forças Armadas Nacionais (FAN) que são chamados a atuar junto ao povo organizado como um ator revolucionário.¹⁰ Ademais, ela se vale das disputas em curso no hemisfério e no globo, alterando de forma substancial a geopolítica até então reinante.

A partir do triunfo de Chávez se notou uma influência crescente do setor castrense sobre o conjunto da vida política nacional. Seja por ser o berço de sua origem e formação, seja por conduzir “una revolución pacífica, [que] pero está armada”, ou ainda, segundo a nova Constituição de 1999 as FAN terem participação ativa no desenvolvimento nacional (Art. 328),¹¹ chama a atenção o número de oficiais da ativa e da reserva na conformação de seu Gabinete Presidencial.¹²

Este é um aspecto indesejável para o desenrolar das relações civis-militares de qualquer país e abre um expediente extremamente perigoso, a saber, o de politização do Aparelho Militar e os possíveis riscos daí advindos de tentativa de regulação da vida política e social da nação. Vale destacar que a tentação militarista não é propriamente uma novidade no cenário venezuelano, tendo este país de 1830 a 1958 sido governado por civis apenas durante nove anos. Neste particular, as relações civis-militares venezuelanas

10 Assim o presidente Chávez se manifestou a 12 de novembro de 2004, durante Conferência de Alto Nível sobre o Novo Mapa Estratégico: “la nueva Estrategia Militar Nacional tiene que ver con todos, especialmente con los señores generales, comandante de los componentes militares, con lo que hemos estado hablando hasta poco acerca del Nuevo Pensamiento Militar Venezolano. Tienen que nombrar una comisión que empiece a trabajar, a rebuscar en el pasado y a actualizar el auténtico pensamiento militar venezolano y borrar todo vestigio de la inyección que nos hicieron o nos aplicaron de la doctrina imperialista. Eso hay que borrarlo definitivamente. Vamos a agarrar a Bolívar, ahí está el pensamiento militar venezolano, a Miranda, a Guaicaipuro, a Sucre”. Cf. www.gobiernoenlinea.ve (consultado em 28/10/06).

11 A Constituição da República Bolivariana da Venezuela pode ser acessada em <http://www.constitucion.ve/documentos/ConstitucionRBV1999-ES.pdf> (consultado em 17/09/06).

12 A promoção de oficiais-generais no interior da Instituição Militar deixou de ocorrer sob autorização do Parlamento e atualmente é feita pessoalmente pelo comandante em chefe das Forças Armadas e presidente da República, coronel Hugo Chávez. Outrossim, a ascensão a outros postos passou a seguir critérios subjetivos apontando para desequilíbrios futuros, permitindo a elevação dos pontos de um oficial para fins de promoção considerando-se não só as tradicionais posições de comando, mas também sua participação no interior da administração pública e de lealdade ao presidente Chávez. Ver Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional. Gaceta Oficial nº 38.163, 16 de diciembre de 2005.

guardavam características muito particulares em relação ao restante do contexto latino-americano, uma vez que ao menos desde a derrocada da ditadura de Marco Pérez Jiménez em 1958 até a fracassada tentativa de golpe em 1992, as Forças Armadas se comportaram como o “grande mudo”.¹³

Contudo, este país ao mesmo tempo amazônico, andino e caribenho (com histórica influência sobre a América Central), começa a “mostrar os dentes”. A partir do anúncio do Plano Estratégico de Modernização das Forças Armadas Nacionais em 2004, parte da adoção de uma nova doutrina de segurança nacional pela Venezuela, é possível depreender uma série de mudanças em relação ao comportamento clássico adotado por esta nação em relação à Defesa Nacional.

Em linhas gerais, o Plano Estratégico de Modernização contempla uma série de compras e atualizações capazes de modernizar e ampliar o poder de defesa e de ataque da Venezuela.¹⁴ Informações, ainda que parciais, dão conta de um elevado dispêndio que comporiam as compras iniciais, em contraste ao padrão de gastos vigentes até 2005 de cerca de 1,7% do PIB.¹⁵ Entre as principais aquisições do pacote, temos 100.000 fuzis de assalto Kalashnikov AK-103 e 104, 50 caças MIG-29, 6 aeronaves C-295, 24 aviões Super-Tucanos, 40 helicópteros de combate MI-24, 5 radares móveis, 7 fragatas F-25 e F-26 (classe Descubierta), 4 corvetas Tango 61 e 62, 12

13 É importante registrar que, distintamente da maior parte dos países latino-americanos, a Venezuela não passou pelo ciclo de ditaduras militares que caracterizou sobretudo o último quartel do século XX na região. Ver Francine Jácome, “Las Relaciones Cívico-Militares en Venezuela (1992-1997)”. In: Rut Diamint (Ed.). *Control Civil y Fuerzas Armadas en las Nuevas Democracias Latinoamericanas*. Buenos Aires: Nuevohacer Grupo Editor Latinoamericano/Universidad Torcuato di Tella, 1999 e Hernán Castillo, “El Proceso de Desnaturalización de la Institución Militar Venezolana” (<http://www.ndu.edu/chds/redes2002/Documents/Papers/Track%208.%20Internal%20Security/32.%20Police%20and%20Internal%20Security/CastilloFP.rtf>; consultado em 13/12/06).

14 Estas medidas foram precedidas e complementadas por uma reestruturação política e doutrinária ainda em curso no país, como a Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999), a Ley Orgánica de Seguridad de la Nación (2002), a Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional (2005), a Ley de Conscripción y Alistamiento Militar (2006), apenas para destacarmos as principais.

15 Para este mesmo ano, tivemos em termos percentuais com relação ao PIB gastos em torno de 1,9% para o Brasil, 1,3% para a Argentina, 3,5% para o Chile e 3,3% para a Colômbia (além da ajuda norte-americana nos marcos do Plano Colômbia) que vive uma situação de conflito interno. Ver Atlas Comparativo de la Defensa. Buenos Aires: RESDAL/Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2006.

lanças de deslocamento rápido dotadas de lança mísseis, 2 submarinos (classe 209) e 16 tanques Leopard 1A5.¹⁶

Tais números, em uma região relativamente pacífica e onde se situam os menores gastos militares do planeta, despertaram preocupações em Washington e também nos países das Américas do Sul e Central com relação aos quais reais propósitos de Caracas. Trataria-se apenas de um processo de modernização das Forças Armadas Nacionais, integradas por Exército, Marinha, Aeronáutica e Guarda Nacional, com um efetivo total de 110.000 homens? Em que pese isto poder ser verdadeiro, a realidade nos autoriza a pensar em um quadro mais complexo. A ausência de um *Livro Branco de Defesa*, importante medida de transparência e fomento da confiança mútua com outros países, explicitando as iniciativas e aspirações políticas, além de oferecer um painel do quadro geral da defesa, contribuindo para evitar percepções erradas e aumentando os laços de cooperação entre as nações, reforça este sentimento.

Um dos pilares estruturantes do Plano Estratégico de Modernização é o conceito elaborado originalmente pelos chineses de *guerra assimétrica* (conflito de quarta geração), onde os meios de um dos combatentes é muito superior aos do outro e contempla a noção de guerra prolongada de resistência. Este tipo de preparo é diametralmente oposto ao desejado pelos estrategistas de Washington ao menos desde o fim da guerra fria, que preconizavam uma transformação das Forças Armadas em uma espécie de órgão supra-policial com vistas ao combate do narcotráfico e emprego em missões de contra-insurgência.¹⁷

As contendas entre Venezuela e Estados Unidos envolvendo a ampla questão de Segurança e Defesa começaram quando Chávez virou um crítico ferrenho e contumaz do *Plan Colombia*.¹⁸ Evidentemente, os norte-americanos,

16 Levantamento realizado a partir de consultas aos periódicos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, além do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) Yearbook 2006: Armaments, Disarmament and International Security (<http://yearbook2006.sipri.org/>; consultado em 03/11/06).

17 Ver Luís Alexandre Fuccille, "A nova agenda hemisférica de defesa: muito a perder, nada a ganhar". *Temáticas (UNICAMP)*, 21/22, 2003.

18 Lançado em 1999 e destinado a por fim a uma guerra civil que dilacerava o país já havia mais de 35 anos, o núcleo duro de tal documento se mostrou ser o enfrentamento à macro-questão das drogas e os impactos daí decorrentes para o conjunto da nação colombiana. Mais de 80% dos US\$ 7,5 bilhões previstos no Plano destinavam-se à compra de equipamentos militares. Ver *Plan Colombia*. Bogotá: Presidencia de la República, 1999

maiores financiadores e fornecedores de material militar do *Plano Colômbia*, não viram com bons olhos a elevação da temperatura na retórica chavista, acusando-a de na verdade esconder um apoio dissimulado aos grupos guerrilheiros de esquerda FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e ELN (Exército de Libertação Nacional) e de oferecimento da terra de Bolívar como santuário a estes insurgentes. Sem contar com as importantes bases que até 1999 serviram ao US-SOUTHCOM (Comando Sul dos Estados Unidos) no Panamá e precisando de apoio regional, a negativa de Caracas associada à posição de “neutralidade” de Brasília, representariam um importante revés dos dois mais importantes vizinhos colombianos à política norte-americana no subcontinente.

Concretamente, os Estados Unidos buscavam também uma nova inserção estratégica nesta importante porta de entrada para a Amazônia – possuidora de uma biodiversidade incalculável e de cerca de 20% da água doce do planeta –, ao menos desde sua saída da Zona do Canal. Esta região rica em recursos estratégicos – sobretudo petróleo –¹⁹ vinha sendo recentemente agitada por acontecimentos que incomodavam profundamente Washington, como a eleição do bolivariano Hugo Chávez à presidência da Venezuela, o fortalecimento das guerrilhas na Colômbia e a inquietação cívico-militar no Equador.

A resposta da superpotência foi imediata. O Departamento de Estado de Washington proibiu qualquer tentativa de atualização e de novas vendas de material bélico à Venezuela, tradicional compradora de equipamentos norte-americanos.²⁰ Não só: procurou vetar vendas do Brasil e da Espanha, em cujos equipamentos finais teriam componentes norte-americanos, valendo-se da Lei

(www.presidencia.gov.co/plancolo/plancol1.htm; consultado em 02/05/02) e Luís Alexandre Fuccille, “Plano Colômbia: o mito da militarização contra as drogas e seu impacto no plano estatal”. *Revista de Estudios Político Militares*: (2/3), 2002.

19 Em seu ALIANZA Act (Alliance with Colombia and the Andean Region – S.1758), que “autoriza um apoio urgente para aumentar a eficácia dos esforços antidrogas” na região, o Congresso norte-americano estipula, em sua seção 101 – que lista “a política relativa ao apoio à democracia, paz, observância da lei e direitos humanos na Colômbia” –, que se deve “insistir para que o governo colombiano complete as reformas urgentes destinadas a abrir completamente sua economia aos investimentos e ao comércio exterior, particularmente à indústria petrolífera” (<http://thomas.loc.gov/cgi-bin/query>; consultado em 17/05/02).

20 Após os ataques de setembro de 2001 e como parte de sua política de “combate ao terror” no continente, o governo Bush passou a ver o governo venezuelano como um agente destabilizador na região que precisava ser neutralizado. Cf. <http://oig.state.gov/documents/organization/13682.pdf> (consultado em 29/11/06).

de Controle de Exportação de Armamentos dos Estados Unidos.²¹ O presidente Chávez então não hesitou, voltando parte substancial de suas encomendas à Rússia, China e até mesmo ao Irã.²² Desde então, a contestação à suposta liderança norte-americana nas questões hemisféricas tem sido uma constante.

Não obstante ser necessário uma análise mais aprofundada que ainda está por ser realizada, alguns pontos parecem-nos bastante sugestivos do novo papel jogado por Miraflores – ainda que em consonância com outros atores – em oposição à Casa Branca. Referimo-nos, especialmente, aos seguintes acontecimentos: condenação à invasão do Iraque, seguido por parte importante dos países da região; articulação da candidatura que viria a derrotar o concorrente apoiado por Washington à sucessão de César Gaviria na OEA; e, não menos importante, postergação da implantação da ALCA. Enfim, um desempenho nada desprezível para um país marginal no Sistema de Relações Internacionais e quando se conhece como operam os bastidores da diplomacia em todo o mundo, com especial destaque para os “falcões” norte-americanos.

Contudo, não só de sucessos é feita a “revolución pacífica, [que] pero está armada”. Muitos dos vizinhos se perguntam acerca das reais intenções de Caracas. Apenas auto-defesa, como insiste categoricamente Chávez em seus sucessivos pronunciamentos, tornando “muito mais cara” uma eventual ação contra a “Revolução Bolivariana” em termos financeiros e de *manpower*? O flerte com as guerrilhas colombianas é um indicador preocupante.²³ Isso para não falarmos nos históricos problemas de fronteiras que a Venezuela possui com a Colômbia e a Guiana. Efetivamente, o Plano Estratégico de Modernização das Forças Armadas Venezuelanas parece ter aberto as portas à uma corrida armamentista na região.

Recentemente, um coronel do Exército dos Estados Unidos, Max Manwaring, escreveu um artigo onde discorre sobre as ameaças que o governo

21 Para detalhes da Arms Export Control Act de 1968, ver <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0997/ijep/ep05.htm> (consultado em 14/12/06).

22 Parte dos novos materiais seria destinada às recém-criadas Unidad de Defensa Popular e Fuerza Policiaca Nacional, além dos grupos paramilitares Frente Bolivariano de Libertación e Ejército del Pueblo en Armas que, somados, representam uma reserva de mais de 2 milhões de “homens em armas” para a defesa da “Revolução Bolivariana”, dentro do conceito de guerra assimétrica.

23 Eliane Cantanhêde, “Dormindo com o inimigo”. Folha de S. Paulo, 12/07/05.

Chávez encerra para a principal potência mundial. Em que pese não refletir necessariamente as posições oficiais da Casa Branca e do Capitólio, acreditamos que ali estejam presentes muitos dos elementos predominantes na visão do governo norte-americano. Nessa direção, a possibilidade de apoio a movimentos populares radicais em países latino-americanos, ensejando tensões bilaterais e multilaterais, é uma das preocupações centrais que afligem Washington. Assim,

Más específicamente, se debe considerar las ramificaciones cerca de la estabilidad y seguridad dado que existe la posibilidad que Venezuela proporcione el dinero, tecnología y armas a movimientos radicales y grupos insurgentes por todas as partes de América Central y América del Sur.²⁴

Essa também, concretamente, parece ser uma das preocupações que angustiam os vizinhos no subcontinente.²⁵ Até mesmo o Chile, país que não possui fronteiras em comum com a Venezuela e passa por um acelerado processo de desenvolvimento econômico e social, recebe a movimentação chavista. A Bolívia, que perdeu seu acesso ao mar para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1884) e tem como um de seus Objetivos Nacionais Permanentes a reconquista da saída oceânica,²⁶ já recebeu a manifestação do líder bolivariano a seu aliado Evo Morales de que “estaremos na mesma trincheira de luta para a restauração desta injustiça histórica [perda do acesso ao mar] cometida contra a Bolívia”.²⁷

O ex-ministro da Marinha e ex-secretário de Assuntos Estratégicos do Brasil, almirante Mario César Flores, levanta algumas questões provocativas:

O que explica a compra de 100.000 fuzis russos? São para a defesa contra a invasão norte-americana, como afirma a retórica de Chávez, seria o fuzil a arma adequada, salvo na guerrilha? Tem por alvo os cuidados com países sul-americanos e caribenhos, a serviço do protagonismo venezuelano?

24 Max Manwaring. “El nuevo maestro del ajedrez mágico: El verdadero Hugo Chávez y la guerra asimétrica”. Military Review: jan-fev 2006 (<http://usacac.army.mil/CAC/milreview/Spanish/JanFeb06/manwaring.pdf>; consultado em 19/11/06).

25 Com relação à Colômbia, por exemplo, ver “Contactos adquieren una nueva dinamica”, El Tiempo, 23/06/06; para a Guiana, “Coup against the liberty?”, Guyana Diary, 10/03/06; para o Peru, “¿Escenario de paz?”, La República, 07/11/05 e para o Brasil, “Cresce preocupação com a fronteira norte” e “Chavéz: aliado ou dor de cabeça?”, ambas n’O Estado de S. Paulo, de respectivamente 13/09/2004 e 28/08/2006.

26 Ver Manual de la Escuela de Altos Estudios Nacionales (<http://www.observatoriodeseguridad.org.bo/>; consultado em 13/01/07).

27 “Reparación histórica”, El Nacional, 30/11/2006.

Destina-se a armar milícias, em apoio à democracia semi-autoritária de Chávez, inerente ao mundo pretoleiro, onde a receita do petróleo facilita a mobilização psico-política populista? [De todo modo,] sob a presidência de Chávez aumentou o papel interno das Forças Armadas, no apoio ao desenvolvimento e na assistência às populações carentes – atribuições mais afins com a democracia heterodoxa do que com a clássica.²⁸

Recentemente, o presidente Chávez colocou em xeque até mesmo a capacidade de o TIAR (Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca) – mecanismo criado em 1947 na Conferência de Petrópolis respondendo à montagem do dispositivo norte-americano de guerra fria, pelo qual a defesa conjunta do continente era tarefa de todos os membros signatários – atender satisfatoriamente aos desígnios da Defesa Hemisférica.²⁹ Vale lembrar que o presidente Fernando Henrique Cardoso invocou este dispositivo quando dos ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA, como forma de hipotecar solidariedade aos norte-americanos e dizer de que lado estava naquela questão.³⁰ Já Hugo Chávez, ao contrário, diz que os Estados Unidos “estão colhendo os frutos de sua política imperialista e arrogante pelo mundo”.³¹

O desejo do líder bolivariano em irradiar sua revolução por todos os rincões das Américas parece destoar com o que até a pouco se depreendia da *Política de Defesa Nacional* brasileira. Para esta,

28 Ver Mario César Flores, “A América do Sul Estratégica”. Panorama da Conjuntura Internacional, p. 15. (<http://www.usp.br/ccint/gacint/panorama/Panorama32port.pdf>; consultado em 12/01/07).

29 Algumas limitações do TIAR já há bastante tempo são motivos de críticas de especialistas. Incisivo, o almirante Armando Vidigal destaca: “quando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio de Janeiro (...) enfrentou o seu teste decisivo – o confronto armado entre argentinos e britânicos pela posse das Falklands/Malvinas (1982) – logo ficou claro que o seu valor era nulo, no momento em que não atendia aos interesses específicos dos Estados Unidos naquela questão particular”. Armando Amorim Ferreira Vidigal, “Estratégia e o Emprego Futuro da Força”. Revista da Escola Superior de Guerra: 12 (32), 39-76, 1996, p. 70. Ver também Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, “América del Sur: algunos elementos para la definición de la seguridad nacional”. In: Francisco Leal Buitrago e Juan Gabriel Tokatlian (Orgs.), Orden Mundial y Seguridad: nuevos desafíos para Colombia y América Latina. Santafé de Bogotá: TM Editores/SID/IEPRI, 1994, p. 54 e sgs.

30 Cf. Ministério das Relações Exteriores, “O Brasil no Combate a Ato de Terrorismo” (http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/terrorismo/brasil.asp; consultado em 31/10/06) e Janette Habel, “Rumo à remilitarização?”. Le Monde Diplomatique, janeiro de 2002.

31 Bernard Cassen, “Golpes sem fronteiras?”. Le Monde Diplomatique, agosto de 2002. Após a tentativa fracassada de golpe de Estado contra o líder venezuelano em abril de 2002, que contou de forma aberta com o apoio dos EUA, Chávez viria paulatinamente a subir o tom da retórica anti-americana. Para uma interessante crônica da participação dos Estados Unidos nos acontecimentos recentes venezuelanos, a partir de documentos desclassificados da CIA, Departamento de Estado e outros organismos governamentais, cf. Eva Golinger. El Código Chávez: descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Caracas: Editorial Nemesio Martínez, 2005.

A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada de conflitos.³²

Mas é importante nunca perder de perspectiva que a partida está sendo jogada e os enxadristas movimentam-se com todas as alternativas possibilitadas pelo jogo.

3. Considerações finais

O crescente protagonismo do presidente Chávez na região parece ter vindo para alterar, parcial ou integralmente, tal quadro. Assim, é a partir da entrada do presidente Chávez no cenário global e regional que pretendemos analisar o papel desempenhado por Chávez como uma variável interveniente no desenho e arranjo da Defesa dos países do subcontinente, com especial destaque para o Brasil e a Venezuela. A supressão de uma importante lacuna representada pela carência de trabalhos sobre esta questão em nosso país é a tarefa desde já posta e que de forma inicial procuramos abordar ao longo deste *paper*.

Os objetivos de um trabalho como o que está sendo apresentado são os de promover um debate qualificado sobre o significado e o impacto que as relações do Brasil com a Venezuela representam para o subcontinente, tanto do ponto de vista diplomático quanto do ponto de vista das implicações para a Defesa e a segurança regional.

A compreensão do conjunto de questões aqui colocadas é fundamental uma vez que o processo de integração e de aprofundamento das relações entre Brasil e Venezuela não é linear, mas tortuoso, dependendo tanto da política adotada entre ambos quanto das relações específicas entre empresários, chancelarias, militares e o restante da sociedade. Entender a combinação desses fatores, procurando-se com isso avaliar os complexos bastidores que compõem os processos de integração bem como a reação dos diferentes atores frente às decisões tomadas pelos chefes de governo e Estado

³² Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília: junho de 2005, p. 8.

de Caracas e Brasília, é o grande desafio posto e que está ainda por ser respondido.